

## **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2018**

(Do Sr. ALCEU MOREIRA)

Requer ao Ministério do Meio Ambiente informação sobre o orçamento das Unidades de Conservação federais.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro do Meio Ambiente sobre o orçamento das Unidades de Conservação federais, incluindo, em particular, o seguinte:

a) qual o orçamento de cada Unidade de Conservação por itens de custo/gasto nos últimos cinco anos, discriminando os recursos repassados pelo Governo Federal e por outras fontes;

b) qual o volume de recursos necessário para a completa regularização fundiária das Unidades de Conservação e quanto foi pago com essa finalidade nos últimos cinco anos, indicando as áreas regularizadas.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é o responsável direto pela gestão das Unidades de Conservação federais. Segundo o Instituto, a área total de UC's federais é de 79 milhões de hectares, o que corresponde a 9,3% do território nacional.

O valor destinado pelo Tesouro Nacional ao ICMBio em 2018 foi de R\$ 589,5 milhões. Desse total R\$ 385 milhões referem-se a gastos com pessoal e encargos sociais. Entretanto, os dados oficiais disponíveis não permitem que se conheça com detalhe os recursos financeiros repassados para cada Unidade de

Conservação federal nos últimos anos. Não há informações detalhadas sobre o orçamento anual de cada Unidade de Conservação, indicando os recursos oriundos do ICMBio, de outros órgãos federais (MMA, IBAMA, SFB) ou instituições e organizações não governamentais.

Essa ausência de informações compromete a transparência financeira das Unidades de Conservação federais. Esse problema foi relatado nos Relatórios de Auditoria anual de Contas do ICMBio, realizadas pela Controladoria Geral da União (CGU) em 2016 e 2017. Segundo a CGU, dentre os diversos aspectos que constituem obstáculos para a realização da missão institucional do ICMBio, é possível citar: falta de controle com relação aos recursos já alocados em cada processo; ausência de ferramentas de gestão que propiciem o efetivo tratamento e controle das demandas de criação/ampliação de UCs recebidas pelo Instituto; ausência de critérios técnicos para a priorização dos processos em trâmite; ausência de um planejamento operacional institucionalizado para a atividade; grande número de propostas tramitando simultaneamente; necessidade de qualificação das informações técnicas que sustentam as propostas consolidadas pelo ICMBio e de melhorias na instrução processual; falta de clareza com relação ao papel do Ministério do Meio Ambiente no processo.

Portanto, é com o objetivo de ter acesso às informações que permitam a esta Casa exercer seu imprescindível papel de controle sobre a atuação do Poder Executivo na gestão do nosso patrimônio natural, protegido pelas Unidades de Conservação federais, que solicitamos o envio deste Requerimento de Informações.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2018.

Deputado ALCEU MOREIRA